

IMPOSTOS

Descida do IRS está fora do mandato da comissão de reforma



Miguel Baltazar

O grupo de dez pessoas a quem o Governo encomendou uma revisão das regras do IRS não vai ocupar-se da descida da taxa do imposto. Ao contrário do que aconteceu no caso do IRC, onde o alívio fiscal era um dos eixos de actuação apontados pelo Governo, no IRS o nível das taxas está fora do mandato do grupo de trabalho. Aliviar ou não a carga fiscal sobre as famílias em 2015 será, por isso, uma “questão do foro político”.

O grupo tomou posse esta terça-feira no Ministério das Finanças e terá como função promover a simplificação do imposto, promover a mobilidade social através de uma revisão das regras de tributação do trabalho, e proteger as famílias com filhos.

A seu lado, Rui Morais (professor de direito fiscal na Universidade Católica e sócio da Yolanda Busse, Ohen Mendes) terá mais nove pessoas oriundas da política, da academia, da consultoria fiscal, e do Fisco. São eles João Catarino, docente no ISCSP e ex-chefe de gabinete do secretário de Estado Vasco Valdez; Diogo Feio, deputado europeu que o CDS/PP retirou das listas às próximas eleições; Rosa Freitas, partner da Deloitte; Teresa Gil, subdirectora responsável pela área da tributação directa na Autoridade Tributária e Aduaneira; Paula Rosado Pereira, da so-

cidade SRS advogados; Miguel Gouveia, da Católica Lisbon School of Economics; Cristina Pinto, da Católica Porto Business School; Filipe Abreu, do gabinete do secretário de Estado do Fisco e Maria Quintela, advogada na Morais Leitão.

O calendário dos trabalhos exige que o anteprojecto esteja pronto até dia 15 de Julho, um período ao qual se seguirá a consulta pública. Até 1 de Outubro, e depois de recolhidas as opiniões, será tempo para entregar o projecto final.

Na cerimónia de tomada de posse, Rui Morais comprometeu-se a ser ambicioso nas propostas, mas a apenas formular aquelas que são realistas. Comprometeu-se ainda a promover uma “maior justiça na repartição da carga tributária pondo fim a alguns absurdos que existem na actual lei”.

Rui Morais disse ainda que a tributação separada de casais é uma “hipótese plausível” mas afastou a possibilidade de a comissão propor descidas de taxas, salientando que essa será sempre uma opção política. “Não há nenhum português que goste de pagar impostos, mas, uma coisa são os nossos desejos, outra as possibilidades, e a despesa condiciona a receita”, acrescentou ainda. **EM/FL**

“Move-nos o sentimento de serviço público”, disse Rui Morais, assinalando que o grupo de trabalho não será remunerado.